

DECRETO Nº 7931, DE 28 DE JUNHO DE 2006

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS CARENTES, CONSOANTE ART. 192 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, ALTERADO PELAS EMENDAS 06/97 E 23/05.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 47, VII e XXX, da Lei Orgânica do Município, DECRETA

Art. 1º concessão de bolsas de estudos a estudantes universitários carentes itajaienses, consoante Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 23/05, publicada no Jornal do Município, Edição nº 392, fica regulamentada nos seguintes termos:

I - bolsas de estudos para universitários regularmente matriculados na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI;

II - bolsas de estudos para universitários regularmente matriculados em universidade catarinense localizadas distantes até 60 km (sessenta quilômetros) de Itajaí, em cursos reconhecidos pelo MEC e não oferecidos pela UNIVALI (Campus de Itajaí e Balneário Camboriú) e IFES.

Parágrafo único. Não serão concedidas bolsas para cursos de educação à distância.

Art. 2º avaliação do índice de carência desses universitários itajaienses de que trata o artigo 1º será realizada por Comissão assim composta:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Gestão Pessoal;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

III - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Governo; e

V - 02 (dois) representantes do Gabinete do Prefeito.

§ 1º Ficam inseridos na Comissão de que trata o art. 2º, exclusivamente para fins de avaliação do índice de carência dos estudantes matriculados na Universidade do Vale de Itajaí (art. 1º, inciso I):

I - 01 (um) representante do DCE - Diretório Central dos Estudantes da Univali; e

II - 01 (um) representante da Universidade do Vale do Itajaí.

§ 2º Todos os representantes serão indicados, por meio de ofício, pelos titulares de suas pastas ou instituições.

Art. 3º Para receber o benefício da bolsa de estudos, o universitário deverá ser residente e domiciliado no Município de Itajaí, não ter renda pessoal ou familiar superior a 06 (seis) salários mínimos e não usufruir de subsídios financeiros educativos de qualquer natureza.

Parágrafo único. Quando o estudante se tratar de servidor público municipal, enquadrado na hipótese do inciso II do art. 1º desse Decreto, e este já usufruir de subsídios financeiros educativos de qualquer natureza, ficará a critério da Comissão conceder ou não o benefício da bolsa de estudos.

Art. 4º estudante deverá se cadastrar junto ao Gabinete do Prefeito, sujeito à aprovação do benefício, nas seguintes datas:

I - para universitários da Universidade do Vale do Itajaí:

- a) 15 de janeiro a 15 de fevereiro para o primeiro semestre;
- b) 01 a 15 de julho para o segundo semestre.

II - para universitários que cursam faculdades fora do Município de Itajaí, conforme art. 1º - inciso II:

- a) 01 a 15 de fevereiro para o 1º semestre;
- b) 01 a 15 de julho para o 2º semestre.

Art. 5º Interessados em usufruir do benefício deverão comparecer na Prefeitura para entrevista nos prazos indicados pelo art. 4º, juntando:

- a) fotocópias dos documentos: carteira de identidade, título de eleitor e CPF;
- b) comprovante de residência atualizado constando nome do responsável pelo grupo familiar ou, em caso de aluguel, deverá ser adicionado ao comprovante uma declaração do proprietário ou contrato de aluguel;
- c) comprovante de residência de Itajaí ou histórico escolar de Itajaí ou remuneração de Itajaí do grupo familiar de, no mínimo, um ano antes ao início da graduação;
- d) comprovante de matrícula e fotocópia do boleto de mensalidade;
- e) notas, médias, do semestre anterior, não será aceito o histórico;
- f) comprovante e/ou declaração de renda familiar;
- g) declaração de dependentes da renda familiar constando o CPF e a data de nascimento de todos os dependentes e com duas testemunhas com o CPF;
- h) fotocópias da declaração de imposto de renda (incluindo a de isento e a simplificada) de todos os integrantes do grupo familiar que possuam Cadastro de Pessoa Física -CPF;
- i) fotocópias das contas recentes de água, luz e telefone;
- j) preenchimento da ficha cadastral disponível no site da Prefeitura "www.itajai.sc.gov.br".

§ 1º Para apresentação dos documentos, entende-se que o grupo familiar é composto por todos os indivíduos que sejam mantidos pelo mesmo conjunto de renda (contribuam ou usufruam dela), na condição de dependentes do responsável do grupo.

§ 2º O aluno poderá apresentar para complementar sua documentação, comprovante de pagamento de aluguel e/ou de financiamento de casa própria e, também, de despesas médicas.

§ 3º As inscrições somente serão efetuadas mediante a apresentação de todos os documentos.

Art. 6º O Gabinete do Prefeito fica delegada a competência para baixar normas para execução do presente Decreto, se necessário.

Art. 7º Percentual dos valores das bolsas será determinado pela comissão de bolsa de estudos, levando-se em conta a renda per capita e o valor da mensalidade observando a tabela abaixo, desde que não exceda os créditos limites de um período:

I - para mensalidades acima de R\$ 1.000,00 - até 10% sobre o valor da mensalidade;

II - para mensalidades entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 - até 20% sobre o valor da mensalidade;

III - para mensalidades até R\$ 500,00 - até 30% sobre o valor da mensalidade.

§ 1º O valor do desconto será calculado pelo boleto apresentado na inscrição e, em casos de alteração da programação acadêmica, somente serão aceitos novos boletos até o último dia de inscrição previsto no art. 4º.

Art. 8º Após a divulgação do resultado, o acadêmico terá prazo de 10 (dez) dias para apresentar requerimento de revisão do indeferimento do seu pedido.

Art. 9º Automaticamente, aquele aluno que receber um outro subsídio financeiro educativo será excluído da Bolsa da Lei Orgânica, salvo quando ocorrer a hipótese prevista no parágrafo único do art. 3º.

Art. 10º Aqueles que forem contemplados com a Bolsa da Lei Orgânica, deverão cumprir 60 (sessenta) horas semestrais de participação em programas de ação social atuando em atividades compatíveis com a natureza de seu curso de graduação e/ou de acordo com as suas habilidades pessoais, não sendo permitidas doações de qualquer natureza.

Parágrafo único. Será obrigatória a apresentação do documento de registro do comparecimento e desempenho do acadêmico no cumprimento das horas mencionadas no caput, no ato da nova inscrição de bolsa.

Art. 10 Os beneficiados com a concessão deverão se inscrever a cada semestre para concorrer novamente à bolsa e comprovar sua situação relativamente ao que dispõe o art. 3º e o art. 5º do presente Decreto e, também, a sua aprovação no período do curso em que ele foi beneficiado.

Art. 12 Serão aceitas denúncias que serão devidamente verificadas, através do e-mail bolsa@itajai.sc.gov.br, em que a identidade do denunciante será preservada.

Art. 13 Todos os alunos inscritos estarão sujeitos à visita domiciliar por Assistente Social.

Art. 14 As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias vigentes à época dos respectivos dispêndios.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto ~~70783~~ de 17 de janeiro de 2006.

Prefeitura de Itajaí, 28 de junho de 2006

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí